

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

NOS LIMITES DA ESCRITA: LÍNGUA E CIVILIZAÇÃO EM *O SERTÃO* DE CARLOTA CARVALHO

OLIVIA MACEDO MIRANDA CORMINEIRO*

INTRODUÇÃO:

A obra objeto dessa discussão é *O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil* (1924) de Carlota Carvalho. Trata-se de um trabalho de memória e de memória histórica que se constitui também um exercício de organização retórica. Em *O Sertão* Carvalho parece organizar uma retórica que se constrói e é construída em um jogo de linguagem cujos elementos mobilizados vão do uso da própria língua à concepção de mundo e sociedade defendida por essa memorialista sub-repticiamente. Publicada em 1924, nela percebemos, por um lado, existirem discussões acerca de questões contemporâneas ao início do século XX; e por outro lado estão também presentes ideias que irradiam tanto para o passado, quanto para o futuro.

O Sertão, como o próprio nome revela se insere em uma discussão muito importante no Brasil desde o final do século XIX, mas o que torna esse livro um trabalho tão importante é o fato de Carvalho construir um diálogo explícito e implícito com autores como Euclides da Cunha e Artur Neiva acerca não apenas sobre o lugar do sertão na realidade brasileira como, sobretudo, acerca da formação do pensamento social brasileiro.

Com efeito, desde o início do século XX o sertão passa a ser um tema recorrente na literatura nacional, ficcional e não ficcional, porém estes sertões eram para serem atravessados, descritos e analisados, mas não necessariamente vividos. Viagens e expedições, com as de

* Professora do curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Araguaína. Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Membro do Grupo de Pesquisa História Regional, Memórias e Territorialidades, vinculado ao Colegiado do curso de História, Campus de Araguaína da Universidade Federal do Tocantins.

Euclides da Cunha, Artur Neiva e Júlio Paternostro escrutinaram os sertões, mas sua interpretação, a despeito da vivacidade de sua narrativa, padecia do “mal do observador”: não alcançaram experiências importantes construídas nos hiterland.

Carvalho viveu no sertão, entre o sul do Maranhão e o norte de Goiás. Por outro lado, o que ela viveu constitui uma pluralidade de experiências que provavelmente são diferentes entre si e, ao mesmo tempo, suas representações da realidade e da paisagem sertaneja não necessariamente estão diretamente relacionadas àquelas experiências.

Com efeito, as imagens que surgem na obra *O Sertão* aponta para alguns indícios desse jogo de representações que situa a escrita tanto como mediadora entre a norma culta da língua e ideologia, quanto como espaço de tensão entre um mundo conservador e outro moderno que, talvez, constitua a cultura sertaneja dos Vales. Sobre a questão do grafo da língua, essa dimensão significa uma abertura tanto para discutir os padrões de uma cultura política específica dos vales dos rios Araguaia e Tocantins - que envolve os sentidos construídos pela memorialista – quanto para o estudo da produção e circulação de estilos, de gêneros e das metáforas literárias e políticas.

Contudo, o aspecto que me parece central registrar aqui é que nessa autora a narrativa que busca sua força m argumentos intelectuais e linguísticos é também um exercício de ruptura com a folclorização da cultura dos vales e com construção retórica da experiência sertaneja como um enredo de consenso social que estaria fora das disputas intelectuais acerca do pensamento social brasileiro.

Com efeito, Carlota Carvalho procura construir a ideia de um sertão relativamente culto, que romperia com as concepções desses espaços como um lugar pitoresco, e informado intelectualmente sobre as ideias da civilização: um lugar entre tradição e inovação. A tradição que representaria o sertão é aquela da oralidade, porém ela somente existe, no ambiente narrativo de Carvalho, como a construção de um intercâmbio entre a cultura oral e escrita: formadoras importantes da cultura sertaneja nos vales dos rios Araguaia e Tocantins.

Com efeito, um dos grandes nós górdios dessa questão são os filtros, pois se é plenamente aceito que a escrita filtra a oralidade transpondo-a para a cultura letrada quando se trata de narrar uma determinada cultura popular, pouco se problematizou a hipótese de que a tradição orla pode usar a escrita como parte do repertório de resistência cultural frente ao efeito cascata que atinge os valores e as experiências sertanejas no ponto específico do desequilíbrio entre o letrado e o não letrado, em um espaço social que valoriza a escrita como representante do progresso que se almeja. Em *O Sertão* não é bem a oralidade que é mobilizada, mas a fala, ou melhor, as formas costumeiras de falarmos surgem como um instrumento contra a reforma ortográfica da língua portuguesa.

Nesse sentido, é necessário esclarecer que a interface que abriga a compreensão do trabalho de Carlota Carvalho é um ambiente letrado e com isso quero dizer, sobretudo, mas não somente isso: um ambiente normativo letrado. De fato, esse ambiente se constitui o lócus em que se realiza a mediação complexa que procuramos demarcar entre uma leitura de mundo culta, no qual estão inseridos os gêneros de escrita literária e as figuras de linguagem, e as práticas narrativas do sertão.

ENTRE LÍNGUA E CIVILIZAÇÃO

Sobre os aspectos que problematizaremos aqui, trata-se de pensar a questão da retórica no que concerne aos elementos da língua que podem ser instrumentos na construção de uma linguagem específica e com objetivos de enviar uma mensagem específica ao leitor. No entanto, em função do próprio lugar da língua como identificação do lugar do homem no mundo, ela, como nos diz Raymond Williams:

As categorias tradicionais principais – “mundo”, “realidade”, “natureza”, “humano” – podem ser contrapostas ou relacionadas com a categoria de “língua”, mas é hoje um lugar comum observar que todas as categorias, inclusive a categoria de “língua” são em

si mesmo construções idiomáticas, e com isso só com esforço podem ser separadas das língua, e dentro de um determinado sistema de pensamento, para a indagação sobre relações. Tais esforços e tais sistemas constituem, apesar disso, uma parte importante da história do pensamento. (WILLIAMS, 1979, p 27)

Acima, somos lembrados da importância da língua como constituidora do humano em seu sentido essencial, mas também somos lembrados que a língua e a linguagem são importantes na compreensão do próprio pensamento social e dos sistemas ideológicos que o informa. No trabalho de Carlota encontramos indícios do processo que Williams observa, especialmente parece que a autora constrói sua argumentação sobre o “mundo sertanejo” e sobre o mundo como um todo não apenas no campo explícito das idéias que defende, mas em um campo implícito onde o argumento lingüístico é central.

Nas primeiras páginas de *O Sertão* Carvalho justifica sua opção por grafar as palavras na forma gramatical clássica recorrendo principalmente ao argumento fonético:

A douta Academia de Letras ordenou a supressão de letras dobradas ou geminadas. Parece-me que não podemos adotar essa regra geralmente porque em muitos casos produziria palavra diversa da que queríamos usar. Exemplo: emmagrecer, ennobrecer, ennegrecer. *Em* ou *en*, significa transformação, transição; é a representação gráfica de uma idéia. *E-magreco* não será *emmagreco*. Em outras palavras, a duplicidade do *m* é necessidade fonética. Não pronunciamos *có-modo* e sim *commodo*, *com* e não *có*. (CARVALHO, 2001, p. 85)

Um primeiro aspecto trata-se da importância atribuída por Carvalho à apresentação de suas ideias, pois em se tratando de uma obra memorialística, não era comum por aquela época, entre os “tradutores dos sertões dos vales do Araguaia e Tocantins”, que houvesse uma preocupação mais específica com as normas gramaticais. Além disso, mesmo quando uma preocupação com o uso da língua se fazia presente em alguns autores e escritos, sua exposição no interior da obra, especialmente nas páginas introdutórias dos textos, era incomum.

Mas não são apenas estas as peculiaridades que a narrativa de Carlota Carvalho apresenta, alguns aspectos que parecem evidentes no trecho acima constituem problemas fulcrais. Carvalho, por exemplo, justifica sua opção por não aderir à grafia sugerida pela Academia como uma “necessidade fonética”, ou seja, uma necessidade da fala que, segundo sua argumentação, deveria ter primazia em relação à escrita.

Mas não é apenas para a argumentação ao lado da fonética, diga-se da fala, que devemos atentar, pois há nesse caso outras questões, uma delas: a disputa entre a valoração intelectual e social da língua. O ano de publicação da referida obra foi ano de 1924, mesmo ano em que Portugal e Brasil assinaram um acordo para a unificação da ortografia usada nos dois países, que se tonara díspar em 1911, quando os portugueses promoveram uma reforma na ortografia que eliminou a maioria das consoantes dobradas e geminadas, enquanto no Brasil a forma clássica continuou a ser usada.

De fato, quando em 1924 o Brasil passou a adotar os padrões ortográficos que Portugal havia estabelecido, muitos intelectuais e gramáticos se posicionaram contra, e Carlota Carvalho, a par dessa divergência, se colocou ao lado destes, em suas palavras: “Os mestres dirão que tenho razão. Obedecerei ao juízo dos mestres.” (CARVALHO, 2001, p. 84)

Nessa esteira algumas indicações apontam que em Carvalho a defesa da ortografia clássica, para além da defesa da fonética, é também um posicionamento contrário à política da Academia Brasileira de Letras que buscava normatizar a língua portuguesa, tudo isso em meio a uma disputa que procura institucionalizar a nação e a identidade nacional.

A posteriori vemos com certa tranquilidade essa questão. Contudo, se as ideias de consolidação da nação e da formação de uma identidade nacional pareciam unânimes à época, os projetos que sustentavam essas propostas tinham os mais variados tons políticos, sociais e culturais. Principalmente, essa variedade de projetos e anseios também era vivenciada no sertão e disputados na escrita e nos discursos intelectuais.

A escrita, a língua e a ortografia estão no centro de questões difíceis em Carlota Carvalho. Nessa autora, que a ortografia permaneça na forma antiga/ clássica parece relacionar-se, inicialmente, com a discussão sobre a origem da língua portuguesa:

Não julgo verdadeira a filiação latina. Nenhum parentesco os iberos e latinos. Latinos foram uma diminuta fração da população heterogênea que habitava a Itália e, quando os romanos venceram povos da Espanha e Portugal, encontraram nações já civilizadas que falavam línguas próprias. Já sabiam falar; não aprenderam a falar com romanos invasores, que dominaram como conquistadores odiados e retiraram-se ao aniquilamento do império pelos germanos. (2001, p. 84)

Acima a fala aparece novamente como um fator importante, mas a recusa de suprimir letras dobradas que hipoteticamente facilitaria a escrita, e que segundo os que defendiam as mudanças ortográficas da época facilitaria o letramento da população, é um problema que nos parece vinculada à tensão entre os mundos das narrativas orais e da escrita, enquanto instituições sociais e culturais. A defesa da fala e do sistema fonético não seria, de fato, uma defesa da escrita em Carvalho? Essa é uma pergunta que ainda não temos condições de responder.

De qualquer forma, o latim é negado por Carvalho e sua explicação histórica da relação entre iberos e latinos parece estar ligada à invasão romana ao primeiro povo. Língua e Civilização são discussões importantes no início do século XX, sobretudo no contexto do grande tema: a construção da nação. Entretanto, Carlota Carvalho tenta pensar para a nação brasileira, dentro da questão da origem da língua, como partícipe de uma tradição peculiar: a tradição das “raças históricas da Lusitânia” (2001, p. 85).

Essa autora, em sua defesa de “um fundo primitivo na fonética e na estrutura dos idiomas iberos” argumenta contra a aproximação com o latim especialmente por ser este um idioma reconhecido social e intelectualmente como o formador da cultura romana, berço da Igreja Católica que ela associa com práticas bárbaras. Vejamos como ela fecha sua argumentação sobre reforma ortográfica de 1924:

Somente a vanglória de querer descender de romanos, máximos expoentes da força bruta, a ignorância da história e o esquecimento de que os lusitanos falavam idioma próprio quando os cartaginenses e romanos foram conquistá-los, podem motivar a pretensão de filiar o português no latim. (CARVALHO, 2001, p. 85)

A condenação da barbárie e da força bruta é um tema recorrente na narrativa de Carvalho. Quando, por exemplo, discute o povoamento da região dos vales apresenta o aniquilamento de alguns grupos indígenas como uma ação bárbara conduzida por católicos:

1813, poderosa bandeira veio de Pastos Bons tomar o derradeiro pedaço de terra dos infieis, matar os homens e as mulheres, roubar as roças e escravizar os filhos para a glória de uma fé [...] Na manhã seguinte, 28 de junho, véspera do dia de São Pedro, que devia ser solenizado com o festejo da vitória do católicos, a bandeira, tendo achado a subida, galgou o cimo da serra, levando a munção de guerra conduzida por possantes cavalos. (CARVALHO, 2001, p. 115)

Ora, a língua como portadora de linguagem, portadora de sentido, é um instrumento social. Por outras palavras, a organização do trabalho narrativo de Carvalho é um esforço de construção retórica em que o uso da palavra escrita, mas em cujo argumento surge também a dimensão do oral por meio da discussão fonética, se faz um instrumento do preenchimento de conteúdos políticos. Nas palavras de Mikhail Bakhtin:

Enquanto uma forma lingüística for apenas um sinal e for percebida pelo receptor somente como tal, ela não terá para ele nenhum valor lingüístico. A pura “sinalidade” não existe, mesmo nas primeiras fases da aquisição da linguagem. Até mesmo ali a forma é orientada pelo contexto, já constitui um signo, embora o componente de “sinalidade” e de identificação que lhe é correlata seja real. Assim, o elemento que torna a forma lingüística em signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a decodificação da forma lingüística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um

contexto e uma situação precisos, uma orientação no sentido da evolução e não do imobilismo. (BAKHTIN, 2002, p. 94)

Em Carvalho há indícios dessa compreensão de que uma palavra ou um enunciado se constitui, dentro de uma organização narrativa e retórica, um sentido específico que deve ser “lido” dentro de um espaço cognitivo mais amplo que o da sinalidade – do grafo lingüístico. De fato, a autora joga como essa questão em seu texto nos levando a pensar em que medida a negação de uma associação entre a língua portuguesa e o latim não seria um exercício de crítica à Igreja Católica, enquanto instituição importante no processo da “colonização” dos Vales, ao associá-la com os significados da barbárie romana.

De fato, como desdobramento desse ponto há ainda a possibilidade de que concomitantemente à sua recusa do Latim como representante da Igreja Católica esteja também uma recusa ao modelo português de Civilização. Para Carvalho os instrumentos políticos utilizados pelos portugueses para “civilizar” a população autóctone brasileira eram antes de tudo um “processo de destruição por todos os meios [que] chamaram ‘serviço de catequese’ e entendiam ou simulavam que na ‘conversão religiosa’ forçada estavam todos os benefícios da civilização” (CARVALHO, 2004, p. 282)

Nesse sentido, não parece ser apenas uma questão de defender a nação e a civilização brasileira, mas de saber qual projeto de civilização é encampado pela autora. Discutindo as formas de “ocupação” do Maranhão, Carvalho faz surgir indícios sobre sua concepção de Civilização ao afirmar: que o “português nunca pensou em beneficiar uma população selvagem, civilizando-se e aproveitando-a para a sociedade humana [...] como em nossa era hão feito anglo-saxões ou bretões na América do Norte.” (CARVALHO, 2004, p. 282)

Sobre o modelo bretão essa autora busca sustentar sua concepção é um autor reconhecido como o tradutor da história maranhense, João Francisco Lisboa:

A quem estuda a história do Maranhão e compara as duas invasões estrangeiras que logo nos seus começos sucederam uma à outra sem intervalo, não é possível que escape o pronunciado antagonismo do caráter, fins, meios e resultados de ambas elas. Dos

Franceses não se pode dizer propriamente que invadiram. Não! Eles ocuparam, tomaram posse de um território cujas primeiras explorações lhes eram devidas, pois haviam sido feitas por armadores de Dieppe, datavam de 1524, explorações completadas posteriormente pelas navegações de Affonso de Xaintongeois em 1542 até a foz do Amazonas. Entretanto, como o fizeram? Procuraram antes de tudo ganhar a amizade e alcançar as alianças dos naturais do país e, uma vez aqui estabelecidos, se trataram de catequisá-los para sua religião, cuidaram não menos de civilizá-los, fazendo que desprezassem antigos e inveterados hábitos e levando-os sempre por modos brandos; opondo à ferocidade a doçura, respeitando-lhes a propriedade e a família. Era, portanto, a expedição francesa uma missão toda de paz, toda de interesse da civilização. Era a empresa mais cheia de piedade e honra que se podia executar no Novo Mundo (CARVALHO apud LISBOA, 2004, p. 283)

Para Carvalho o problema parece se vincular à ideia de civilização mais condizente aos interesses nacionais. Contudo, essa autora utiliza mecanismos muito peculiares para construir sua mensagem. De um lado, defende a autonomia do português em relação ao latim, buscando no argumento fonético uma sustentação tanto da dimensão letrada da cultura sertaneja, quanto da dimensão política e social dessa mesma cultura.

De outro lado, desdobra essa discussão no interior do seu texto discorrendo sobre o papel destruidor da Igreja Católica no que concerne ao tratamento indígena e da ocupação das terras brasileiras, mas sem articular esse problema à discussão anterior, quando, nas páginas iniciais de *O Sertão* havia criticado abertamente o Latim, língua Romana e posteriormente símbolo linguístico da Igreja Católica.

Contudo, ao menos uma vinculação mais ou menos direta essa autora faz: entre os modelos de civilização e de sociedade da Igreja Católica e do Governo Português que o Brasil independente, na sua concepção, havia aderido. Para ela o “serviço da catequese” como política indigenista do Estado português e depois brasileiro era um dos principais exemplos da ausência, na concepção de sociedade pensada para o Brasil, dos critérios de civilização:

Nesse tempo, o trabalho era feito por autóctones escravizados, o comércio mais rendoso era a venda destes, obtidos sem escrúpulos nos meios e sem lealdade nas alianças, e o

português colonizador não conhecia leis de humanidade, não possuía noções de justiça e de filantropia, não sentia remorsos das crueldades que praticava. (CARVALHO, 2004, p. 282)

Um caminho que parece promissor é o que propõe problematizar a disputa entre a Igreja Católica e seu modelo de modernização para o sertão, muito comum entre fins do século XIX e princípio do século XX, e outros modelos, presente no discurso e na narrativa de Carlota Carvalho. As preocupações declaradas ou veladas de Carlota Carvalho nos permitem pensar que o campo de tensão construído, no “ambiente letrado” entre língua e sociedade tendo como arena a própria escrita sobre os Vales são constituidoras dos elementos cognitivos que buscavam situar a escrita sobre o sertão dentro de um cânone clássico da língua que em certa medida circunscrevia-o há um cânone civilizatório específico: o que nos parece ter sido definido, ao menos na concepção e compreensão de Carlota Carvalho, a partir e dentro do paradigma civilizatório francês.

Como estas tensões são elaboradas no discurso literário e memorialístico, circulam entremeio às marcas da tradição presentes, por exemplo, nos temas da religiosidade e da cultura popular das obras e como são recepcionadas nos campos letrados e iletrados são problemas sobre os quais temos, por enquanto, apenas perguntas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Assim como os processos, os discursos de controle social são de matizes variados. Os tons que surgem em Carlota Carvalho são também peculiares, sua atenção especial à normatização da língua parece estar vinculado diretamente à construção sintática de sua narrativa. Seguindo os rastros da escrita dessa memorialista, a narrativa talvez surja como constitutiva de uma relação na qual a construção dos sentidos depende do manejo adequado da tensão entre língua, linguagens, estética e discursos.

Sobretudo a questão das escolhas estéticas tem sido um aspecto negligenciado quando se trata de investigar os relatos memorialísticos e como desdobramento dessa negligência um aspecto que não tem sido problematizado sobre as memórias acerca dos vales dos rios Araguaia e Tocantins é sua dimensão escriturária, pois como nos lembra Roland Barthes os sentidos dos discursos são construídos também na própria organização da escrita, nesse caso, o que propomos como um caminho é não só investigar a organização hermenêutica, mas também a organização plástica dos discursos que atravessam e constituem as narrativas de memória.

Nesse sentido, é necessário esclarecer que a interface que abriga essa apresentação é um ambiente letrado. Ora, o ambiente é letrado e com isso quero dizer, sobretudo, mas não somente isso, um ambiente normativo letrado, pois ele constitui o lócus em que se realiza a mediação complexa que procuramos demarcar entre uma leitura de mundo culta, no qual estão inseridos os gêneros de escrita literária e as figuras de linguagem, e as práticas narrativas do sertão.

Note-se pela exposição sintética acima que o ambiente letrado de que falamos envolve um conjunto de noções e experiências que necessitam ser explicitados. Além disso, alguns dos termos dessa discussão como a noção de cultura deve ser ainda historicizado e hermeneuticamente questionado no interior das estruturas de sentido e sentimento que dão significado à rede semiótica que constitui as experiências reinventadas literariamente de uma cultura sertaneja específica.

Constituir o ambiente letrado como uma mediação é antes de tudo buscar identificar, tanto do ponto de vista do campo definido da literatura, no qual está incluso a escrita da memória, quanto do ponto da circulação cultural, quais suas possibilidades e limites de interpretar e constituir significados para o mundo sertanejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

12

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 10. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi. São Paulo: Annablume, 2002.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: Subsídios para a História e a Geografia do Brasil. 3. ed. rev. e ampliada. Imperatriz: Ética, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.